

HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO NORDESTINO NO PERÍODO COLONIAL: PROBLEMAS, METODOLOGIA E FONTES

Ricardo Pinto de Medeiros

Resumo

O artigo discute alguns problemas encontrados no estudo dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial, os procedimentos metodológicos adotados no processo de pesquisa e os resultados obtidos, com o intuito de fornecer subsídios que possam auxiliar no avanço dos estudos sobre as suas culturas, suas histórias e sobre o processo de contato com as frentes de expansão colonial, a partir da utilização de novas fontes e do desenvolvimento de novas metodologias de análise que incorporem as informações provenientes de várias áreas do saber, principalmente da Antropologia, da Linguística e da Arqueologia Pré-histórica e Histórica.

Abstract

This article deals with some of the issues found in the study of indigenous people in the Northeastern hinterlands during the colonial period, the methodological procedures adopted in the process of contact with the edge of colonial expansion starting with the use of new sources and the development of new methodologies of analysis incorporating information from different specialties principally Anthropology, Linguistics and Pre-Historic and Historical Archaeology.

Houve uma época na história do continente americano em que os povos indígenas eram os seus únicos habitantes. Com a chegada dos europeus, construiu-se um mundo novo, de mistura e criação, de segregação e destruição. Do amálgama resultante deste encontro constituiu-se o povo brasileiro. Nesse processo, os povos indígenas tiveram um papel fundamental, que pouco a pouco foi sendo apagado da memória, à medida que grande parte deles era destruída.

É interessante observar que o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas sobre a pré-história nordestina tem revelado uma grande diversidade de indústrias líticas, estilos de cerâmica e tradições de pintura rupestre. Isso nos faz supor que muitas das culturas que deixaram sua marca nesses vestígios foram as mesmas que se encontram fragmentariamente registradas nos também escassos documentos escritos sobre elas existentes.

Essa grande diversidade que aparece nas descobertas realizadas com o avanço dos estudos da arqueologia pré-histórica não coincide com a visão ideologicamente dominante na história do Brasil, que vem, desde o período colonial, tentando apagar essa diversidade. Posteriormente, surgiram estudos que tentaram avançar no conhecimento dessa diversidade, porém, no caso específico dos povos indígenas do sertão nordestino no momento da conquista, existe uma grande lacuna, pela própria escassez de fontes, devido ao fato de que muitos destes povos foram exterminados sem que houvesse nenhum registro escrito de sua existência. Por outro lado, as fontes nas quais os estudos sobre estes povos se basearam não foram devidamente criticadas e as classificações até então realizadas deixam de fora um número incalculável de povos. Nesse sentido, as informações que podem ser fornecidas sobre a cultura material destes povos e sobre o processo de contato com os colonizadores, pela arqueologia pré-histórica e histórica, são de extrema importância.

Problemas

Alguns preconceitos excluíram os chamados “povos sem história” da produção historiográfica ocidental. Inicialmente, por uma idéia já adquirida: não fizeram nada de notável, nenhum produto durável antes da chegada dos brancos e da civilização. Por serem sociedades privadas de Estado, repetitivas ou somente agitadas no caos, não trabalhavam numa construção desejada, consciente, progressiva. E porque havia o sentimento da impossibilidade prática de fazê-la pela falta de fontes: povos sem escrita cujas tradições orais eram indignas de

credibilidade - as constatações etnográficas só permitiam conjecturas - e sobre os quais as observações estrangeiras foram raras e superficiais.¹

No caso do Brasil, mais especificamente do Nordeste, outros elementos poderiam ser acrescentados, principalmente a visão etnocêntrica e eurocêntrica que caracterizou a historiografia brasileira até bem recentemente, incapaz de perceber a existência de povos indígenas com uma lógica própria e capacidade de pensar e agir diante da realidade. A história oficial tem encarado a participação do elemento indígena no processo colonizador como um agente passivo, sujeito às pestes, ao cativoiro, à espoliação de suas terras e ao massacre de sua cultura. No entanto, a pesquisa das fontes tem indicado, principalmente nos séculos iniciais da colonização, o papel indispensável dos índios no sucesso da mesma.

A política de alianças existente entre os povos indígenas e os portugueses, franceses e holandeses é um tema fundamental e recorrente na documentação do período e aponta para a importância de encarar o papel ativo e estrategicamente refletido das lideranças indígenas na tomada de decisões. Além disso, o violento processo de espoliação das terras indígenas e de exploração da sua força de trabalho, que caracteriza a história dos povos indígenas do sertão nordestino até o presente, não é um tema que suscite interesse por sua valorização dentro do processo de construção de uma memória que atenda aos interesses das classes dominantes, por revelar a maneira cruel como muitas das riquezas foram construídas.

Neste século, apesar do desenvolvimento da História enquanto disciplina, ampliando o seu raio de ação para novos problemas, novas abordagens e novos objetos, os povos indígenas ainda não se constituíram em um objeto privilegiado na atenção dos historiadores, embora haja, em alguns centros universitários, núcleos de pesquisa ou pesquisadores autônomos interessados na história dos povos indígenas. No entanto, muito ainda precisa ser feito.

No Nordeste, os povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi se encontravam espalhados por quase todo o seu litoral no momento da chegada dos portugueses; e após os conflitos iniciais, os que sobreviveram se aliaram aos portugueses e foram integrados à sociedade colonial. No sertão, encontravam-se povos falantes de várias outras línguas e de etnias diversas. No que se refere a estes povos, o conhecimento sobre eles é bem menor e se encontra bastante fragmentado devido a fatores como a diversidade de línguas, a mobilidade e a belicosidade de alguns grupos, o isolamento e o contato posterior com as fren-

tes de colonização e pelo fato de alguns grupos terem sido exterminados e se extinguido antes que houvesse qualquer registro de sua existência por parte da sociedade letrada. Vale salientar que esse registro, quando ocorreu, foi feito de maneira etnocêntrica, sem a preocupação de entender a cultura destes povos, mas tão somente a de apresentá-los enquanto exóticos, inferiores e, algumas vezes, em casos de necessidade, como possíveis aliados. Deve-se acrescentar ainda o fato de que muitas vezes o conhecimento que temos deles é através das informações obtidas a partir de povos de língua Tupi, o que representa um duplo viés na percepção da alteridade destes povos.

Um primeiro elemento a ser ressaltado é que todas as informações disponíveis são dadas a partir do ponto de vista do outro, do não-índio. O próprio termo índio é uma imposição cultural, já que os mesmos não se viam dessa maneira. O que os diferenciava dos outros indivíduos era a sua identidade étnica, construída na sua vivência grupal e em sua relação com o mundo exterior.

Um problema importante para percepção da existência destes povos está na denominação utilizada para identificá-los. A questão dos nomes é de extrema importância: em primeiro lugar, é preciso ressaltar que, em geral, e principalmente no período colonial, não se trata de autodenominações e, sim, de nomes a eles atribuídos. Em segundo, há uma grande variação na grafia do nome dos povos, o que dificulta a análise.

Os povos indígenas do sertão nordestino no período colonial sofreram, ao longo dos séculos, um processo de extermínio físico e de descaracterização cultural que teve como resultado um encobrimento da sua diversidade étnica e de sua real importância na história do país. Durante o período colonial, havia uma pluralidade étnica na região que hoje denominamos de sertão nordestino, que pouco a pouco foi sendo encoberta por uma visão da história que não a valorizou, ao contrário, tentou apagá-la da memória. Essa pluralidade, que aparece na documentação burocrática oficial e no depoimento dos diversos cronistas do período colonial pesquisados, pode ser identificada a partir de uma leitura crítica das fontes existentes, que, comparadas com as informações vindas de outras disciplinas, como a Linguística, a Antropologia e a Arqueologia, por exemplo, podem contribuir para um maior conhecimento da história e da cultura dos povos que habitaram a região no período colonial.

Existiu um gradiente de situações de contato com os povos indígenas no período colonial, até o seu extermínio ou assimilação à cultura dominante: contato

amigável, guerras, alianças, descimentos, que eram os deslocamentos espaciais do sertão para o litoral, e aldeamentos. No caso do sertão nordestino no período colonial, esse contato teve como resultado a destruição física e cultural de grande parte dos povos indígenas existentes e a espoliação de suas terras. No entanto, a resistência de muitos destes povos ao longo dos séculos a manter a sua identidade étnica nos levou a buscar no cotidiano do seu contato com as frentes colonizadoras os componentes que possam explicar essa sobrevivência.

A descaracterização cultural foi o primeiro passo para a escravização, seja dos africanos, seja dos índios, no período em questão. As análises sobre a escravidão indígena existentes na historiografia, ao se concentrarem, principalmente, na legislação sobre o assunto ou na transição da escravidão indígena para a africana nas atividades voltadas para o mercado externo, tendem a minimizar a importância que a escravidão indígena teve no processo de construção da sociedade brasileira. Vale salientar que existiram diferentes formas de escravidão indígena, desde a completa, em que o cativo é capturado, vendido e passa a ser propriedade do seu senhor, até as incompletas, como as que caracterizaram a exploração dos indígenas nos aldeamentos e nos arraiais dos bandeirantes-fazendeiros.

As análises sobre a política de aldeamentos tendem a se concentrar na experiência jesuítica, deixando de lado outras ordens religiosas que também foram importantes, principalmente no Nordeste, além de não levarem em consideração os diferentes povos e as diferentes formas de “descimento” e “redução”, para utilizar o vocabulário da época, que alimentaram o contingente populacional dessas aldeias e os conflitos entre os administradores coloniais, os bandeirantes, os moradores e os missionários pelo controle da exploração dessa mão-de-obra.

A ação missionária no sertão nordestino, desenvolvida principalmente pelos jesuítas, franciscanos, carmelitas, capuchinhos franceses e italianos, foi responsável pela “pacificação” e “redução” de muitos povos indígenas, que, ao se aldearem e serem catequizados, perdiam aos poucos elementos de sua cultura original, incorporando novos valores e modos de vida. Esta tem sido a grande crítica feita ao trabalho missionário. No entanto, paradoxalmente, se este trabalho, por um lado, representou um agente de destruição da cultura dos povos indígenas contatados, por outro, representou um “locus” de sobrevivência étnica para alguns grupos, que, sem a proteção missionária, teriam sido destruídos

pelas frentes de expansão colonizadoras. É constante na documentação pesquisada a queixa de missionários contra os moradores e os paulistas que invadiam suas aldeias em busca de índios, ou de índios que, fugindo desses moradores, vinham pedir abrigo nas aldeias.

Houve, durante todo o período colonial, uma série de conflitos decorrentes do contato interétnico que explodiram em inúmeras guerras contra os “bárbaros” para o apresamento de escravos e “limpeza” do território para implantação de currais de gado. Essas guerras, conhecidas na historiografia como “Guerras dos Bárbaros”, acompanharam a distribuição de sesmarias e a ocupação do sertão pela pecuária e tiveram a participação de diversas etnias contra e a favor dos colonizadores, em diversas conjunturas diferentes. A existência dessas alianças foi fundamental para a resistência e preservação de alguns povos que conseguiram manter uma identidade étnica, apesar das mudanças provocadas pelo contato. Nesse processo, a atuação de bandeirantes, principalmente paulistas, e de suas tropas de índios na luta contra os povos indígenas no sertão nordestino foi extremamente importante.

A exploração da mão-de-obra indígena, sob variados prismas, desde a escravidão pura e simples às diversas formas compulsórias de trabalho experimentadas, seja nas tropas bandeirantes, seja nos aldeamentos missionários e particulares a serviço dos colonos e de Sua Majestade nas obras reais, foi uma das questões que mais provocou conflitos no período colonial na região Nordeste. Somente no século XIX, já no período imperial, é que a questão das terras indígenas se torna mais importante que a luta pelo controle da sua mão-de-obra nesta região.

A análise da ação missionária das diversas ordens religiosas que atuaram na região, através dos relatos dos missionários e da documentação burocrática oficial, indica a existência de um grande número de povos indígenas. Apesar do desinteresse pela cultura nativa manifestado pelos missionários, que mais queriam impor a sua cultura que compreender a do outro, a denúncia da desobediência, das fugas, dos rituais indígenas praticados às escondidas, mostra uma resistência cultural aos novos modelos impostos pelos aldeamentos missionários. Por outro lado, as denúncias, por parte das autoridades coloniais, dos conflitos existentes são momentos privilegiados na percepção destes povos, pois, às vezes, as etnias às quais pertencem são citadas e algumas de suas características culturais são apontadas. Assim, acompanhar o movimento das guerras e conflitos que resultam do contato com os povos indígenas permite conhecer um

pouco da sua história de luta e de resistência. Vale ressaltar que o mais importante nesse caso, é trabalhar todas essas questões tendo sempre como ponto de referência os povos indígenas e sua dinâmica com a sociedade colonial.

É preciso também estar atento ao fato de que os povos indígenas, tal como os ocidentais, têm uma história que inclui guerras e migrações, trazendo consigo a redefinição das identidades socioculturais, algumas vezes com a fragmentação e outras com a fusão ou incorporação em unidades maiores. Uma vez que estão situados dentro da história, tais povos passam igualmente por enormes mudanças culturais que decorrem seja da adaptação a um meio ambiente novo ou modificado (inclusive por suas próprias ações), seja da influência ou troca cultural realizada com povos vizinhos, ou ainda por um dinamismo interno àquelas culturas. É importante também ter em mente que o contato interétnico modifica ambas as culturas em contato, embora haja uma relação de dominação e subordinação entre elas.

Nesse sentido, é importante se precaver contra a busca de uma cultura original isolada da influência do contato, pois, mesmo no período anterior à chegada dos europeus, já havia contatos e trocas entre culturas diferentes na região que hoje corresponde ao sertão nordestino. O nosso objetivo é apenas identificar grupos que tenham algumas semelhanças étnicas que possibilitem agrupá-los em áreas específicas de influência dentro de uma cronologia que compreende o início do contato com estes povos até o fim do período colonial em que, com a política de genocídio e de organização dos aldeamentos missionários, se dá grande parte da transformação da sua identidade indígena em identidade de caboclo, ou seja, a sua inserção enquanto população marginalizada na sociedade nacional brasileira. Isso não quer dizer que não existam hoje grupos que, mesmo se modificando a partir do contato, conseguiram preservar a sua identidade indígena.

Um elemento interessante e que precisa ser ressaltado é que ficamos seduzidos pelas inúmeras informações presentes na documentação consultada de que os índios se encontram em “paz” ou exterminados. Nesse sentido, o seu reaparecimento em locais e épocas diferentes serve como um contraponto para questionar essas afirmações e buscar compreender os mecanismos que os mesmos utilizaram para preservar a sua identidade enquanto grupo étnico.

Vale salientar que é diferente estudar os índios de estudar os povos indígenas. É importante perceber por trás do índio, mencionado de maneira genérica na

documentação e em alguns estudos, o que ele pode representar enquanto etnia especificamente localizada e praticando ou sofrendo determinada ação, tentando estabelecer uma tipologia dos comportamentos de mudança e de resistência. Isso permite acompanhar os movimentos dos povos indígenas e sua dinâmica com a sociedade circundante. Para tanto, é necessário tentar recuperar as etnias formadoras dos agrupamentos indígenas existentes na região durante o contato e as diferentes maneiras de interação étnica existentes a partir das diversas variáveis em questão, como, por exemplo: o perfil cultural dos povos envolvidos, a forma que assumiu a ocupação de suas terras, o equilíbrio de forças existente e a necessidade ou não de alianças dos povos indígenas entre si e entre colonos e povos indígenas.

Metodologia e Fontes

Para construir uma metodologia a ser utilizada nas pesquisas sobre a história dos povos indígenas no Nordeste, considerou-se importante, inicialmente, a leitura de diversos estudos de historiadores e antropólogos que, desde o século passado, têm se dedicado a refletir sobre os povos indígenas; especialmente aqueles que se dedicaram aos do Nordeste brasileiro ou que forneceram conceitos e interpretações considerados úteis para a problematização da pesquisa realizada. A leitura desses trabalhos permite acompanhar como o estudo destes povos evoluiu de acordo com o próprio desenvolvimento daquelas disciplinas e lançar um olhar sobre o estado atual do conhecimento a respeito dos mesmos.

A Antropologia no Brasil sempre esteve voltada ao estudo das populações indígenas. Trabalhos filiados a diversas correntes teóricas dominantes na sua época - racistas, evolucionistas, difusionistas, funcionalistas, materialistas, estruturalistas, ecologistas - se debruçaram sobre as culturas indígenas e sobre o contato e desenvolveram diversos paradigmas que contribuíram com conceitos, como os de difusão cultural, aculturação, fricção interétnica, etnicidade, que são fundamentais para entender a cultura destes povos como um processo que compreende, além das permanências, a mudança cultural.

Uma visão de panorama das principais contribuições da Antropologia para o conhecimento dos povos indígenas no Brasil pode ser encontrada no artigo “Antropologia no Brasil: Um roteiro”, de Júlio Cezar Melatti,² e no de Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, intitulado “Pontos de vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico”³. Da leitura desses artigos, o que se

pode observar inicialmente, com relação ao nosso objeto de investigação, é uma maior ênfase no estudo de grupos extintos ligados ao Tronco Tupi, especialmente os Tupinambá, pela farta documentação etnográfica existente. Observa-se também que a maioria dos estudos existentes sobre grupos indígenas contemporâneos priorizaram os eixos centro-sul e extremo-norte do país, enquanto que os povos indígenas que habitavam o sertão nordestino no período colonial e atualmente não ocuparam lugar de destaque nas pesquisas desenvolvidas. Por outro lado, a idéia presente até recentemente em muitos estudos é a de que as sociedades indígenas seriam necessariamente absorvidas pela cultura nacional e que sua integração seria inevitável, o que acabou prejudicando a compreensão da dinâmica cultural destes povos, no sentido da preservação de sua identidade cultural e de sua sobrevivência enquanto etnia no contato com a sociedade nacional.

O que se pode observar, com relação aos estudos antropológicos que se referem aos grupos indígenas situados na região Nordeste, é que uma parte destes esteve baseada em trabalhos de campo de grupos ainda existentes, como, por exemplo: os Xucuru, os Fulniô, os Kariri, os Tremembé; outra, por tentativas de classificação dos povos indígenas em função de estudos lingüísticos e da análise da reduzida documentação que possui informações etnográficas sobre estes povos; e ainda outra, por estudos relativos ao contato interétnico e aos processos de aculturação, de organização política e de construção de novas identidades étnicas observados em vários grupos indígenas do Nordeste atual⁴.

Houve muitas tentativas de classificar os povos indígenas do Brasil, principalmente utilizando o critério lingüístico, procedimento adotado inicialmente pelos missionários jesuítas desde o início da colonização, para distinguir os povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi e espalhados por quase toda a costa durante o período de contato inicial e os outros, chamados genericamente de Tapuias.

Uma outra classificação bastante corrente no período colonial é a que divide os índios em relação a sua forma de reação ao contato. Estes se dividiriam em mansos e bravos ou bárbaros. Exemplos dessa classificação encontram-se em todo o período colonial. Nas crônicas de Frei Vicente Salvador, na Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil de 1663, do padre Simão de Vasconcellos, para quem:

“Todos os índios quantos há no Brasil, vemos que se reduzem a índios mansos, e índios bravos. Mansos chamamos, aos que com algum modo de

*república, (ainda que tosca) são mais tratáveis, e perseveráveis, entre os portugueses, deixando-se instruir e cultivar. Chamamos bravos, pelo contrário, aos que vivem sem modo nenhum de república, são intratáveis, e com dificuldade se deixam instruir.”*⁵

Esta mesma idéia é citada literalmente no século XVIII, na crônica do Frei Jaboatão, e novamente por Henry Koster⁶, no século XIX.

Uma das primeiras classificações feitas para os indígenas brasileiros após o fim do período colonial foi a do naturalista francês Alcide Dessalines D'Orbigny⁷, que veio ao Brasil em 1826, depois de Saint-Hilaire. Ele classificou todos os habitantes da América Meridional em três grupos ou raças: a Pampeana, a Andoperuana e a Brasília-Guarani.

Esta classificação reuniu quase todos os índios brasileiros no grupo “brasilio-guarani”, que, segundo Estevão Pinto e Ehreinck, era indício da tupimania em que se achavam os nossos primeiros etnógrafos⁸.

Uma outra classificação, também baseada em critérios raciais, foi a do general Couto de Magalhães⁹, que agrupou os indígenas brasileiros em três tipos fundamentais: 1º) índio escuro grande; 2º) índio mais claro de estatura média; 3º) índio mais claro de estatura pequena, peculiar à bacia do Amazonas. O primeiro, seria o tronco primitivo; os dois últimos, seriam raças mestiças, filhas do cruzamento daquele grupo com o alienígena branco, fato ocorrido centenas de anos antes do descobrimento da América.

Posteriormente, reagindo contra essas classificações, Martius estabeleceu nove grupos indígenas brasileiros: Tupi e Guarani; Jê ou Tapuia; Guck ou Coco; Grens ou Guerens; Pareci ou Poragi; Goitacás; Aruaque; Lenguas ou Chiriguano; e índios em transição para a língua e a cultura brasileira. Esta classificação teve o mérito de reconhecer a família Jê como distinta dos antigos tapuias. Por outro lado, não procedeu à rigorosa separação entre Tupi e Carib e criou a suposta família dos “Gucc”, formada de elementos muito heterogêneos, que não pôde ser mantida.

Segundo Batista Caetano de Almeida Nogueira¹⁰, na introdução da Arte da Gramática da Língua Brasília do padre Mamiani, Martius, sob a denominação genérica de Guck ou Coco, compreende: os Kiriris; os Sabujá, aldeados em missões jesuítas ao sul e a oeste da cidade da Bahia; os Pimenteiras da serra e

lagoa do mesmo nome e cabeceiras do Piauí e Gurguéia; os Garanhuns da serra do mesmo nome, em Pernambuco; os Ceococes, Huamoi, Romari, da serra do Pão de Açúcar e aldeados em Propina; os Acconan da Lagôa-Comprida, a oeste de Penedo, aldeados no Colégio; os Carapotó ou Carapoti da serra Cuminaty, em Pernambuco; os Pannaty da serra do mesmo nome, no Rio Grande do Norte, aldeados em Gramació; os Uman e Vouvé à margem esquerda do S. Francisco, entre os rios Moxotó e Pajeú; os Itanhá do Ceará, aldeados em Monte mór o novo, hoje Baturité.

Muito contribuíram para a revisão dos estudos de Martius os resultados da viagem de Karl von den Steinen ao Xingu (1884), confirmados na segunda (1887-1888), na qual tomou parte Ehrenreich. Criticando essa classificação pelo estudo mais particularizado de certas línguas ou dialetos, Von den Steinen sugeriu, nos fins do século XIX, nova classificação, distribuindo os indígenas em oito grupos: Tupi; Jê; Caribe; Nu-aruaque ou Maipure; Goitacá (Waitaká); Pano; Miranda; Guaicuru (Waikuru). Steinen apresenta Tupi e Carib como famílias distintas, elimina a dos “Gucc” e inclui a dos Nu-Aruac, correspondente aos Maipure de Lucien Adam. A esta classificação segue-se a de Ehrenreich que tentou uma divisão dos indígenas sul-americanos em três províncias etnográficas, na primeira das quais se compreendia o Brasil com as três grandes famílias lingüísticas: Tupi, Aruaque e Caribe¹¹.

Uma síntese das classificações atualmente aceitas para os povos indígenas do Brasil pode ser encontrada no livro de Júlio Cezar Melatti “Índios do Brasil”¹² e no de Manuel Diegues Junior “Etnias e Culturas no Brasil”¹³ Entre essas classificações, as atualmente mais utilizadas são: a classificação genética das línguas do Brasil, de Aryon Dall’Igna Rodrigues¹⁴; a classificação de Darcy Ribeiro¹⁵, que leva em consideração as semelhanças decorrentes do contato que certos grupos tiveram com os mesmos segmentos da sociedade não-índia, comparando os grupos indígenas segundo a atividade econômica dos grupos não-índios que os contactaram, denominados fronteiras da civilização: grupos extrativistas, como garimpeiros e madeireiros, agricultores, pecuaristas; e a classificação por áreas culturais, de Eduardo Galvão¹⁶.

Um dos problemas mais difíceis, ao se trabalhar com sistemas classificatórios, é justamente definir os parâmetros caracterizadores dos perfis culturais dos grupos em análise. Um dos parâmetros mais comuns é a língua, embora se saiba que grupos podem falar a mesma língua e ter características culturais completamente diferentes, existindo a possibilidade de um grupo impor ao outro a sua língua.

Há várias maneiras de se fazer uma classificação das línguas, mas os lingüistas atuais consideram como mais desejável a classificação do tipo genético, que consiste em reunir numa só classe as línguas que tenham tido origem comum numa língua anterior. O critério lingüístico permite classificar as línguas indígenas e seus dialetos em conjuntos maiores de famílias e troncos. A partir de técnicas de análise lingüística, podem-se comparar duas línguas indígenas e reconhecer o grau de contato ou distanciamento que existe entre as populações que os utilizam. Povos que fazem parte de uma mesma família lingüística, por exemplo, são provavelmente descendentes comuns de uma mesma população ancestral. A importância deste critério de classificação para a antropologia é que, sendo falantes de línguas de uma mesma família e, portanto, considerados descendentes de uma mesma população, dois ou mais povos certamente terão mais coisas em comum além de semelhanças lingüísticas. Suas culturas apresentaram variações de uma mesma “corrente de pensamento”, se podemos chamar assim as idéias mais gerais e básicas que os povos aparentados compartilham. Dessa forma, as comparações culturais que podem ser feitas entre estes povos revelam aos antropólogos essas idéias mais gerais que não são exclusivas de uma única cultura, mas de um conjunto mais amplo de culturas indígenas.

Por outro lado, a análise léxico-estatística ou glotocronologia, que permite datar o momento em que duas línguas se destacaram de uma única língua pela percentagem de radicais cognatos nucleares que mantêm em comum, é de grande importância para arqueólogos e etnólogos, sobretudo na procura de conexões de culturas arqueológicas com povos indígenas atuais¹⁹.

Um detalhe que nos chamou a atenção no desenvolvimento da pesquisa foi a referência explícita a um grande número de línguas diferentes faladas pelos Tapuia, o que nos levanta alguns pontos de reflexão ao relacionar este fato à luz dos estudos recentes sobre a cultura brasileira a partir das línguas nativas.

Existem no Brasil quatro grandes grupos lingüísticos com inúmeros membros espalhados por várias áreas: Arawak, Karib, Tupi e Jê. Existem ainda vários grupos lingüísticos menores, com menor número de línguas e distribuição compacta no mapa. Além disso, há línguas isoladas, desligadas de famílias.

Segundo o mapa existente no trabalho de Greg Urban, na região que corresponde ao sertão nordestino, é possível identificar, hoje, a existência de várias línguas isoladas sem vinculação a famílias ou a troncos lingüísticos: Gamela, Tarairiu,

Kariri (família), Umán, Pankararu, Tushá, Natu, Chocó, Katembri, Xucuru. Estas são as mais importantes, pois sua distribuição pode informar sobre a história cultural mais remota do Brasil, uma vez que elas indicam a existência de focos de dispersão muito antigos.

Ainda segundo ele, existem três focos prováveis de concentração e de antiga dispersão, entre eles a área do Nordeste brasileiro. A dispersão Macro-Jê pode ter estado ligada a um foco de dispersão antigo no Nordeste do Brasil. A aglomeração de línguas isoladas nesta área sugere que, numa data muito remota, os ancestrais dos Macro-Jê podem ter estado em algum lugar do planalto entre as Bacias do São Francisco e do Tocantins. É comum atualmente fazer-se uma distinção entre a família Jê propriamente dita e o chamado Macro-Jê. Se imaginarmos uma árvore, a família Jê representaria um ramo relativamente recente, que se separou há uns três mil anos ou mais, a julgar pelas semelhanças internas entre as línguas Jê atualmente encontradas. No caso do Macro-Jê, incluindo Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Kariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató e, possivelmente, Bororo e Fulni-ô, trata-se de relações mais distantes, datando provavelmente de uns 5 ou 6 mil anos pelo menos. Toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Macro-Jê está concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro. Entre as línguas Macro-Jê incluem-se Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Kariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató e, possivelmente, Bororo e Fulni-ô, todas concentradas na parte oriental e central do planalto brasileiro¹⁸.

A classificação por áreas culturais baseia-se em observações de cunho propriamente etnológico, levando em conta uma certa homogeneidade cultural que tende a existir entre populações vizinhas. Considera-se que estes povos, através do contato contínuo, influenciaram uns aos outros e acabaram desenvolvendo uma certa semelhança cultural. Dessa forma, os antropólogos também podem trabalhar com comparações regionais, levando em conta o critério das áreas culturais, definidas como regiões onde os diversos povos que nela habitam compartilham traços culturais homogêneos.

Uma área cultural é uma região que apresenta certa homogeneidade quanto à presença de certos costumes e certos artefatos que a caracterizam. Uma grande contribuição nessa área foi dada pelo etnólogo Eduardo Galvão que apresentou em 1959, à IV Reunião Brasileira de Antropologia, em Curitiba, uma divisão das tribos indígenas brasileiras em áreas culturais. Esta divisão só incluiu as tribos que existiam entre os anos de 1900 a 1959¹⁹.

O antropólogo Eduardo Galvão sistematizou, para os grupos indígenas brasileiros, 11 áreas culturais, levando em conta a localização dos grupos desde o começo do século até a época de sua pesquisa, em 1959. Segundo Galvão, houve a tentativa de classificação por áreas culturais porque em algum tempo foi aparentemente satisfatória a classificação de grupos indígenas em grupos lingüísticos, em que estava implícita, pelo menos em relação aos *phyla* principais, também a faceta cultural. Não obstante a consciência da deformação de o critério lingüístico ser usado como definidor de configuração cultural, o fato de alguns desses grupos lingüísticos se distribuírem por faixas geográficas de ocupação exclusiva contribui para essa identificação entre língua e cultura²⁰.

Segundo Galvão, o conceito de área cultural, desenvolvido principalmente pelos antropólogos norte-americanos, oferecia certas dificuldades em sua aplicação às culturas indígenas do território brasileiro. Além da falta de informação fatural sobre um grande número de tribos, acrescia o fato de que os remanescentes indígenas, por força da expansão luso-brasileira, tiveram seus territórios reduzidos, concentrando-se em uma mesma área grupos de origem a mais diversa. Defende que a tendência, comum às várias classificações, em utilizar, com pouca discriminação, descrições históricas das primeiras etapas de ocupação com os dados atuais resulta em situar no mesmo horizonte diferentes estágios de aculturação e de mudança cultural. Ambas, a distribuição geográfica e a caracterização etnológica, ficam prejudicadas.

Nesse sentido, afirma que uma classificação de áreas indígenas em território brasileiro terá que proceder por etapas. Em primeiro lugar, torna-se necessário um levantamento das tribos remanescentes numa base temporal definida. A delimitação de épocas históricas concorreria também para a uniformização e seleção das fontes de informação. As reconstituições culturais teriam, assim, base mais sólida. Em segundo lugar e dependente do período escolhido, torna-se importante tentar definir a situação de contato das tribos selecionadas como representativas da área: contato interno, isto é, relações intertribais e sua resultante aculturativa, e contato externo, entre as sociedades tribais e a sociedade nacional, igualmente indutor de mudanças.

Para analisar os contatos externos, utiliza as categorias delineadas por Darcy Ribeiro no livro *os Índios e a Civilização*: grupos isolados (contatos acidentais); intermitentes (relações ocasionais); permanentes (contatos diretos e permanentes); integrados (índios incorporados como mão-de-obra ou produtores especializados). Defende que é igualmente importante caracterizar a manifes-

tação regional de um dos tipos de frente pioneira nacional, a extrativa, a pastoril e a agrícola, e seus efeitos diferenciais no processo aculturativo²¹.

Com relação às tentativas de classificação dos povos indígenas do Nordeste, destacaram-se, na pesquisa, os trabalhos de Estevão Pinto, Tomás Pompeu Sobrinho, Carlos F. Ott, Carlos Studart Filho, Olavo de Medeiros Filho e José Elias Borges²².

Anteriormente, houve uma tendência em considerar a maior parte dos povos indígenas do sertão oriental do Nordeste como pertencentes aos Cariri, a qual se encontra, por exemplo, nos trabalhos de Irineu Joffily²³, Capistrano de Abreu²⁴ e de Rodolfo Garcia²⁵, situados entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, que influenciaram várias gerações de pesquisadores.

Uma das questões que nos parece consensual, no estado atual dos estudos sobre os povos indígenas no sertão nordestino no período colonial, é a percepção de pelo menos três grupos culturais distintos: os Cariri, os Tarairiu e os Jê, e um grande número de grupos isolados e ainda sem classificação, dentro da denominação de Tapuia, predominante no período colonial. É importante também ressaltar que aparecem muitos grupos sobre cuja cultura não temos praticamente nenhuma informação. Por outro lado, alguns grupos são indicados como pertencentes a determinado tronco lingüístico ou pertencentes a determinado grupo ou área cultural e depois são contestados e classificados de outra maneira. Na tentativa de sistematizar as contribuições dos diversos autores que se preocuparam com esta classificação, abordaremos as principais contribuições existentes sobre estes grupos.

Nos anos 30, destacaram-se os trabalhos de Estevão Pinto²⁶ e de Tomás Pompeu Sobrinho²⁷, que propuseram uma distribuição mais detalhada destes grupos. Estevão Pinto, no volume 2 *Indígenas do Nordeste*, afirma que o Nordeste brasileiro estava ocupado, no trato litorâneo, pelos Tupi e no sertão, pelos Jê e Cariri. Algumas tribos Cariri se encontravam na faixa costeira, intercaladas com os Tupi. No interior nordestino, incluíam-se os Pimenteira, de posição lingüística um pouco obscura. Dos três grupos, o Cariri parecia ser o único circunscrito à área nordestina²⁸.

O artigo de Tomás Pompeu Sobrinho, acima mencionado, apresenta uma divisão e uma classificação um pouco diferentes das de Estevão Pinto. Segundo

ele, na vasta região nordestina do Brasil, entre os rios S. Francisco e Parnaíba, era possível definir, ainda no período protocolonial, três áreas culturais:

A litorânea, dos Tupi que dominavam a costa, donde, em vastos tratos, presume-se, tinham expellido os Tapuia. Esta área projetava para o interior tentáculos de relativa pouca importância, como nos sertões regados pelo rio S. Francisco e nas ubérrimas chapadas da serra da Ibiapaba, no Ceará.

A sublitorânea, que se expandia além do litoral, formando uma faixa de largura muito irregular. Em alguns trechos, atingia o mar, como no Ceará e no Piauí. O elemento humano que aí dominava era tapuia, da família Tarairiú.

Finalmente, mais para o interior, onde viviam os Cariri, estava a área cultural deste povo curioso, mal definida nos seus contornos geográficos, mas, em compensação, de civilização bem conhecida e caracterizada. Estendia-se da Bahia ao sul do S. Francisco, pelo interior dos Estados de Pernambuco, Paraíba, quiçá do Rio Grande do Norte, do Ceará e, muito provavelmente, do Piauí e do Maranhão²⁹.

É interessante observar que ambos, durante os anos 50, publicaram novos estudos, de caráter mais local, que serão mencionados adiante e que modificaram e aprofundaram muitas das informações fornecidas nos dois trabalhos acima mencionados.

Nos anos 50, o trabalho de Carlos F. Ott, para o Estado da Bahia, menciona a localização de um grande número de povos, estabelecendo para alguns a sua inclusão em grupos lingüísticos mais amplos, como os Tupi, Os Cariri e os Jê. Aos primeiros pertenciam os Tupinambá, os Tupiniquim, os Tupinaê e os Amoipira. O segundo, dos Cariri, seria formado no nordeste da Bahia pelos indígenas desde os Maracá, os Paiaíá e os Sabujá até os do rio São Francisco. Os do sertão de Rodelas e do rio Salitre, para o lado do São Francisco - os Rodela, os Galache, os Ocren, os Procá, os Geicó, os Chicriabá, os Acroá, os Anaió ou Caiapó - assim como os do sul do Estado - os Camacã, os Pataxó e grupos menores aparentados - pertenciam ao grupo lingüístico dos Jê centrais³⁰.

Estevão Pinto, em sua obra "Etnologia Brasileira - Fulniô, os últimos tapuias", vai levantar elementos culturais de outras populações indígenas do Nordeste, tentando entender como se deu o processo de aculturação entre os Fulniô de Águas Belas, em Pernambuco. Nesse sentido, faz uma síntese sobre os Cariri,

os Timbira, os Caiapó, os Akwen, os Camacan, e sobre os Tarairiú, tentando perceber com que traços culturais cada um desses grupos contribuiu para a formação da cultura dos Fulniô.

Tomás Pompeu Sobrinho, em sua obra *Pré-História Cearense*, vai tentar uma classificação dos povos indígenas do Nordeste baseando-se em uma visão bastante difusionista, em que as culturas existentes no Brasil, e mais especificamente no Ceará, foram trazidas pelas diversas correntes migratórias que povoaram o continente americano. A utilização de idéias como centros de dispersão e mapas de distribuição de elementos da cultura material, aliada à de tipos raciais, leva a um enquadramento dos povos indígenas de acordo com os tipos étnicos e as famílias línguo-culturais a que pertencem, os quais estariam diretamente relacionados às correntes migratórias de que haviam se originado³¹.

Carlos Studart Filho³², também do Ceará, vai seguir os passos de Tomás Pompeu Sobrinho, incorporando também na sua análise as contribuições de Estevão Pinto, Paul Rivet e Chestmir Loukotka³³. Neste trabalho, vai proceder à classificação dos povos indígenas do Ceará nos seguintes grupos: Tupi, Cariri, Tremembé, Tarairiú, Jê e grupos de filiação lingüística duvidosa e de imprecisa ligação cultural.

Os trabalhos de Olavo de Medeiros Filho³⁴, para o Rio Grande do Norte, e o de José Elias Borges³⁵, para a Paraíba, seguem a mesma orientação dos trabalhos anteriores, combinando informações fornecidas pelos cronistas coloniais e pela documentação burocrática oficial com os estudos etnológicos, no sentido de classificar os povos indígenas desses Estados nos três grandes grupos: Tupi, Cariri e Tarairiú.

Com relação aos autores que se preocuparam com a classificação dos povos indígenas do Nordeste acima mencionados, podemos identificar, como uma característica comum a todos, a tentativa de utilizar, de maneira diferente, a combinação de diversos parâmetros fornecidos principalmente pelas fontes coloniais e pela análise posterior feita principalmente pelos lingüistas e etnólogos.

Duas críticas podem ser feitas à utilização dessas informações, principalmente pelos etnólogos. A primeira é a de que normalmente esses dados são trabalhados de forma sincrônica, não privilegiando a perspectiva temporal. A segunda, é a de que não é feita uma análise crítica do autor das crônicas e, conseqüentemente, tende-se a desprezar os interesses e a visão de mundo que

estão por trás dessas informações, além de questões básicas, como, por exemplo, a maneira como o autor obteve as informações transmitidas.

Para tentar avançar na utilização dessas fontes, achamos importante recuperar em cada cronista pesquisado a instituição à qual estava relacionado, a sua visão de mundo, a sua vivência ou não com os povos descritos e, além disso, a localização espacial e temporal dos povos indígenas no seu relato. Dessa maneira, além da crítica interna das fontes, acrescentamos mais duas variáveis, tempo e espaço, na tentativa de buscar novos elementos que contribuam para a classificação destes povos.

Acreditamos que a classificação das denominações étnicas, tomando como base o contexto do seu surgimento, que passa pela crítica do autor, das informações etnográficas fornecidas e do local e da forma de contato com a frente colonizadora, pode contribuir para uma melhor compreensão e questionamento da maneira como foram classificados determinados povos existentes no sertão nordestino no período colonial.

Uma das principais fontes utilizadas, principalmente pelos etnólogos e historiadores, desde a segunda metade do século XIX, para o estudo da cultura dos povos indígenas foram os cronistas que, desde o século XVI, começaram a escrever sobre estes povos. É comum entre os antropólogos brasileiros chamar de “cronistas” aqueles autores que, apesar de não serem cientistas sociais, deixaram relatos em que registraram suas experiências com a população de determinados locais ou regiões do Brasil e suas observações a respeito dela. São, pois, cronistas numerosos navegadores, missionários, diplomatas, empresários, militares, naturalistas, que visitaram o Brasil, ou aqui moraram temporariamente, ou mesmo chegaram a se estabelecer, deixando o registro de seus contatos com a população.

Entender estes povos enquanto etnias diferenciadas, que, em alguns casos possuíam também muitas semelhanças, depende da combinação de vários elementos, presentes ou ausentes, nas informações sobre eles fornecidas. Essas informações provêm principalmente dos funcionários a serviço da coroa portuguesa, de religiosos e de viajantes estrangeiros que vão priorizar nas suas observações e descrições determinados elementos em detrimento de outros, dando sempre uma visão muito fragmentada e distorcida da cultura dos povos por eles tratados. Além disso, essas informações estão condicionadas ao grau de proximidade do autor em relação aos povos descritos. As informações de cunho

midade do autor em relação aos povos descritos. As informações de cunho etnográfico são provenientes, na sua grande maioria, dos relatos dos religiosos e dos viajantes e invasores estrangeiros. Os primeiros tinham como preocupação principalmente impor sua religião e sua cultura e, ao tratarem dos costumes e dos rituais dos povos indígenas, fazem-no sempre com o intuito de mostrar a sua barbaridade e dessa maneira justificar a sua modificação. Os segundos têm como interesse um maior conhecimento dos povos pelo seu exotismo ou pela possibilidade de alianças.

As informações provenientes da documentação burocrática oficial pesquisada têm como sujeito principal as diversas ações desenvolvidas com relação aos povos indígenas contatados. São importantes principalmente por permitirem, através da menção dos povos e de sua dinâmica em relação ao contato, visualizar como estes se comportaram diante das diferentes conjunturas de contato.

As crônicas quinhentistas revelam informações bastante fragmentadas dos povos que habitavam o “sertão”, entendido na época como sinônimo de interior e antônimo de litoral. Esse fato se deve à falta de informações sobre estes povos devido ao fato de que, neste período, o processo colonizador ainda estava restrito ao litoral. Existiram, no entanto, neste período, algumas expedições em direção ao interior, de exploração da terra e combate e apresamento de índios. Nesse momento, o litoral estava em boa parte habitado por povos indígenas de língua Tupi, o que possibilitou um maior conhecimento etnográfico destes neste período. A expansão colonizadora em relação ao sertão nordestino se dará a partir do século seguinte em função da intensificação das bandeiras, da atividade pecuária e da política de descimentos e aldeamentos.

Todavia, essas obras são valiosas no sentido de possibilitarem uma caracterização do universo mental dos colonizadores sobre os índios e uma identificação das principais representações que irão orientar o olhar dos mesmos sobre os índios nos séculos seguintes. Por outro lado, o conhecimento etnográfico dos povos Tupi do litoral é importante no sentido de fornecer os elementos que serão utilizados como parâmetros de comparação com as outras etnias existentes no interior.

As crônicas seiscentistas já possuem informações um pouco mais precisas sobre os povos que habitavam o sertão nordestino. Neste século, merecem atenção especial os relatos feitos durante a ocupação holandesa no Nordeste. A aliança dos holandeses com grupos não-Tupi, associada a um interesse de

ções sobre a cultura dos povos com os quais mantiveram contato. No século XVIII, há um declínio considerável nas informações de caráter etnográfico sobre os povos indígenas da região que só mereceram novamente destaque na primeira metade do século XIX, com as crônicas dos viajantes estrangeiros e as primeiras expedições científicas que foram promovidas a partir da vinda da família real portuguesa para a colônia.

A produção historiográfica no Brasil, em relação aos indígenas, no século XIX, possuiu como característica uma visão etnocêntrica e racista, ainda presa aos grandes personagens e datas, em que os índios aparecem inseridos nas cronologias e nas biografias tão a gosto na época, sem maiores preocupações com a sua identificação e a caracterização étnica. No entanto, a ênfase positivista possibilitou uma grande publicação de diversos documentos considerados de interesse histórico, muitos acompanhados de estudos pelos eruditos filiados aos institutos históricos. A publicação de muitos desses documentos permitiu a sua utilização por gerações posteriores.

Nesse sentido, é de extrema importância a produção vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que mandou copiar vários códices nos Arquivos de Évora e no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, e publicou várias obras do período colonial, bem como a de alguns institutos históricos locais, que, a partir de então, publicaram em suas revistas vários artigos e documentos sobre os povos indígenas relacionados aos seus Estados. A publicação de várias obras do período colonial, na coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, e as diversas séries de documentos - cartas, consultas, provisões - dos séculos XVI ao XVIII, publicados na série Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, também constituíram-se em um rico material de consulta e pesquisa.

Além dessas fontes impressas, aspectos da cultura e da história dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial encontram-se fragmentados dentro da documentação burocrática que restou deste período e que consiste, na sua maior parte, em um grande número de séries relacionadas principalmente à correspondência e à legislação referentes à administração colonial. Essa documentação do período colonial que sobreviveu até hoje se encontra espalhada por diversos arquivos em diferentes países, principalmente em Portugal, na Espanha e na Holanda. Para a pesquisa, além dos documentos impressos já mencionados, consultamos manuscritos existentes no Brasil - na Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal de

Pernambuco, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - e em Portugal na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo Histórico Ultramarino, nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Academia das Ciências de Lisboa.

A documentação relativa ao Brasil Colônia normalmente possui uma organização que reflete a divisão político-territorial que existia na época. Isso provocou algumas dificuldades, pois a região que hoje corresponde ao sertão nordestino sofreu inúmeras modificações. A região do sertão do Piauí, por exemplo, oscilou entre a administração do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão. Dessa maneira, para esta região, tivemos de manusear diversas séries de legislação e correspondência relativas à antiga Capitania de Pernambuco e suas anexas, ao Governo Geral na Bahia e ao Governo do Maranhão. Vale salientar, entretanto, que esta divisão pouco representa para os povos indígenas.

É evidente que essa documentação possui seus limites. Uma das maiores dificuldades consiste justamente no fato de que os povos indígenas aparecem na documentação em função de alguma situação exterior ao seu mundo e a partir de uma lógica que não é a sua. Um dos objetivos, ao analisar essa documentação, foi tentar perceber como o Estado Português, através da administração colonial, se posicionou diante dos povos indígenas em diferentes conjunturas específicas do período colonial. Através da análise da legislação e da correspondência entre as diversas esferas do poder colonial sobre os povos indígenas do sertão nordestino foi possível perceber um cenário de equilíbrio instável e de conflito e rearticulação de alianças entre os diversos atores sociais envolvidos - Igreja Católica, moradores, representantes da Coroa portuguesa, invasores estrangeiros - e os povos indígenas, em diferentes conjunturas do período colonial.

Para trabalhar com essas fontes, foram elaboradas duas fichas de pesquisa. Uma para os cronistas coloniais, constando dos seguintes campos: fonte/autor, instituição a que pertenciam, assuntos, situação espaço/temporal, cultura. Na coleta de dados, foram consideradas informações relacionadas aos povos indígenas quanto: à caracterização da cultura material e imaterial desses grupos; a sua localização no espaço e no tempo; aos principais conflitos e atitudes diante do movimento colonizador. Foram também consideradas informações sobre o autor das fontes que permitam localizá-lo quanto ao seu posicionamento socioeconômico, a sua posição em relação ao imaginário dominante na época sobre os povos indígenas e quanto ao seu grau de contato com estes povos.

A ficha para os documentos oficiais tinha como campos: fonte, assuntos, conteúdo, povos citados, data, tipo documental, emitente. Esta segunda ficha serviu para alimentar um banco de dados para documentos oficiais: legislação, correspondência, consultas e outros, criado para relacionar essas informações, permitindo filtrá-las pelos campos acima mencionados. Isso possibilitou o manuseio de um grande número de informações espalhadas em diversos arquivos.

A utilização dessas fichas tinha como objetivo acompanhar, na documentação, a menção às etnias no tempo e no espaço, de maneira localizando os povos indígenas à medida que eles iam sendo citados, os seus deslocamentos e os comportamentos de aliança e resistência diante do processo colonizador. O nosso intuito era, a partir da localização por capitânias, que era a forma mais geral como apareciam na documentação, tentar descer para uma localização mais particular, relacionada principalmente a acidentes geográficos, ribeiras, serras e a circunscrições políticas: comarcas, freguesias, vilas, cidades, aldeias.

Para auxiliar a compreensão de como foi se formando uma visão da localização dos povos indígenas no período colonial nas metrópoles européias, utilizamos vários mapas do período colonial de diferentes nacionalidades. A indicação esmerada dos povos indígenas nestes mapas representa, a nosso ver, uma preocupação estratégica no sentido de que o conhecimento da localização destes povos possibilitava que se buscassem alianças com os mesmos no caso de uma invasão por parte dessas metrópoles. Um outro mapa que também ajudou na crítica para a localização de alguns povos foi o mapa etno-histórico elaborado por Curt Nimuendaju³⁸. Neste mapa se encontram localizados diversos povos a partir dos estudos realizados por ele; no entanto, embora tenha sido bastante preciso com relação à localização dos povos e às fontes utilizadas, estas carecem de uma crítica mais aprofundada quanto aos critérios de sua utilização e de sua localização na escala temporal. Vale salientar que o mapa pretende cobrir o período que vai desde o início da colonização até os anos 40, quando foi elaborado. No entanto, é preciso reconhecer que se trata de um trabalho pioneiro e sem precedentes, que se tornou obrigatório para quem deseja aprofundar qualquer estudo sobre a distribuição espacial e lingüística dos povos indígenas brasileiros.

Com relação à localização dos povos indígenas na escala espacial e temporal, tomamos como procedimento a indicação o mais próxima possível da situação dos povos que os documentos escritos (incluindo-se os cartográficos) da época

podiam fornecer, a partir da primeira até a última vez em que os povos eram citados e o motivo pelo qual o eram, confrontando-as com os estudos contemporâneos, principalmente com o mapa de Curt Nimuendaju acima mencionado.

Para tentar chegar à área de abrangência ou de proveniência dos povos mencionados no momento imediatamente anterior ao contato, tomamos como elemento todas as informações espaciais sobre eles, do momento do contato em diante, e o contexto no qual elas são fornecidas, para, a partir daí, inferir hipóteses sobre a sua localização original.

Um dos problemas com os quais nos deparamos foram as denominações utilizadas para estes povos. É preciso ressaltar, em primeiro lugar, que se trata, na sua grande maioria, de denominações atribuídas a eles, muitas vezes com sentido pejorativo, e não de autodenominações. Além disso, as grafias variam de autor para autor, podendo também o mesmo povo ser denominado de maneira completamente diferente, de acordo com a frente de colonização com a qual entra em contato.

No que tange às denominações, quando, através de diversos elementos, como a cultura e a localização no tempo e no espaço, foi-nos possível perceber que se tratava do mesmo povo, utilizamos a grafia mais atual, seguindo a orientação moderna adotada pela Associação Brasileira de Antropologia de citar os povos no singular e com letra maiúscula. Adotamos também, sempre que o termo tapuia fosse citado, fazê-lo em letra maiúscula, pelo fato de que, embora não seja um etnônimo, não deixa de ser sempre um diferenciador étnico.

Para trabalhar no sentido de um agrupamento destes povos em classes mais amplas, priorizamos os elementos que são fornecidos pela escala de importância com a qual são citados na documentação e pela possibilidade de servirem como caracterizadores de identidade étnica. Um dos elementos mais citados pelos informantes é a língua falada. Este elemento serviu de base para uma primeira divisão entre povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi, que são chamados normalmente na documentação de índios, gentios ou caboclos de língua geral, e os falantes de outras línguas, denominados de Tapuia. Estes também são denominados principalmente como gentios de corso ou bárbaros.

A utilização de outros caracterizadores para a classificação destes grupos tem como principal problema a falta de uniformidade com relação às informações existentes. Os povos falantes de línguas classificadas como pertencentes à

família Cariri possuem um bom registro de seu material lingüístico, mas poucas informações etnográficas. Já alguns grupos que se aliaram com os holandeses e foram por eles descritos, conhecidos atualmente por Tarairiú, possuem muitas informações etnográficas, mas praticamente nenhum registro lingüístico. Assim, qualquer tentativa de encontrar um elemento comum a todos os grupos é impossível. No entanto, várias tentativas foram feitas no sentido de sistematizar essas informações, classificando as denominações étnicas a partir de categorias diversas, com graus diferentes de importância, e que nem sempre são explicitadas.

Do ponto de vista da cultura material, é possível encontrar sob a denominação genérica de Tapuia, durante o período colonial, povos com cultura material baseada principalmente na caça, coleta e horticultura de subsistência, mas com uma localização espacial e cultura não-material bastante diferentes. O nosso intuito é refletir, com base nessas informações etnográficas e nos estudos posteriores, em como aprofundar o conhecimento sobre a história e a cultura destes povos, utilizando-nos principalmente da análise crítica do contexto no qual essas informações foram fornecidas.

Entre as informações de caráter etnográfico, concentramo-nos naquelas que pudessem servir como elementos que ajudassem a perceber a diversidade étnica existente na região. Entre os dados mais citados, destacaram-se: a língua; a cultura material: técnicas agrícolas, de caça e pesca, armas, tipos e formas de habitação, conhecimento e uso da cerâmica e do trançado, forma de preparo dos alimentos, forma de dormir, vestuário, adornos; a cultura imaterial (rituais de antropofagia, iniciação, casamento e funerais, festas, mitos, práticas cotidianas, como caminhadas, caçadas, banhos de rio); os caracteres físicos (altura, cor, formato dos olhos, da face) e os caracteres comportamentais (violência, docilidade), o vestuário e adornos. Foram essas informações que alimentaram a construção do conhecimento que hoje possuímos sobre estes povos.

Quanto às diferentes formas de contato, de organização e de exploração da mão-de-obra indígena que estiveram presentes em todo o período estudado, selecionamos para análise alguns temas que se destacaram na pesquisa documental e que permitem acompanhar como evoluiu no tempo e sob condições conjunturais específicas o processo de dominação e resistência que caracterizou a história dos povos indígenas no sertão nordestino no período colonial. Nesse sentido, preocupamo-nos inicialmente em perceber como funcionava a política do Estado português, principalmente em relação ao aparato institucional criado e às ações implementadas em suas diversas esferas, com relação aos

povos indígenas. Nesse sentido, além das leis e do aparato institucional criado, como a Junta das Missões, por exemplo, preocupamo-nos em perceber, quando a documentação o permitia, os caminhos percorridos pelas informações até chegarem ao rei e os descaminhos que as suas ordens podiam sofrer até chegarem ao destino final, passando pelas diversas esferas e interesses conflitantes de poder dentro da burocracia do Estado Colonial Português.

Além disso, consideramos importante, ao analisar as ações praticadas com relação aos povos indígenas, como guerras, alianças, acordos de paz, aldeamentos, escravização, acompanhar o movimento que vai do contato inicial até a perda ou não da identidade étnica por parte dos povos indígenas, localizando-os no espaço e no tempo. Finalmente, procuramos identificar as diversas experiências de organização e exploração da mão-de-obra indígena, principalmente os aldeamentos missionários e os terços, priorizando, na sua análise, os atores civis, as ordens religiosas, os povos envolvidos e os conflitos daí decorrentes, para compreender melhor como se deu o processo de encobrimento e de resistência que caracterizou a trajetória dos povos indígenas em sua relação com os conquistadores desde o início da colonização.

Conclusões

O estudo realizado permitiu identificar como ocorreram a destruição e o encobrimento da diversidade étnica existente no sertão nordestino no período colonial e fazer uma análise crítica a respeito do conhecimento existente sobre a mesma.

Com relação ao conhecimento a respeito dessa diversidade cultural, o que pudemos perceber foi que o número de informações etnográficas fornecidas pelos cronistas e pela documentação burocrática oficial é bastante reduzido, o que gera confusões. A divisão dos povos indígenas do sertão nordestino em três grandes grupos culturais - Cariri, Tarairiu e Jê - foi baseada, em grande parte, no escasso material lingüístico existente e nos relatos dos cronistas do período colonial. Essa divisão, no entanto, deixa um grande número de povos sem classificação, pela total ausência de dados etnográficos a seu respeito. As informações fornecidas recentemente pela arqueologia pré-histórica ainda não foram devidamente relacionadas com estes estudos e devem ajudar a ampliar o conhecimento sobre a cultura e a localização destes povos.

Com relação ao como e ao por quê se deu o encobrimento da diversidade étnica existente na região durante o período colonial, chegamos às conclusões seguintes.

Após a primeira grande leva de mortes, provocadas pelas epidemias para as quais os povos indígenas não possuíam anticorpos, o massacre e a escravização foram os dois maiores responsáveis pela diminuição gradativa destes povos. Paralelamente a esta destruição física, deu-se a destruição de sua cultura e o encobrimento da diversidade étnica existente na região. Nesse processo, a necessidade de exploração da mão-de-obra indígena e de alianças da Coroa portuguesa com os povos indígenas para a conquista do território foram fundamentais. Em ambos os casos, era necessário negar a cultura do outro para que pudesse haver o controle e a dominação.

A mão-de-obra escrava indígena no período colonial foi muito mais importante e durou muito mais tempo do que a historiografia tem afirmado, ao se concentrar na análise da escravidão em áreas e atividades produtivas ligadas ao comércio internacional. A grande quantidade de documentos referentes à repartição de presas obtidas em guerras e ao pagamento dos impostos sobre elas, até meados do século XVIII, quando a escravidão indígena é proibida no Estado do Brasil dentro do quadro das reformas pombalinas, mostra que essa escravidão era muito mais comum do que se imagina e que foi praticamente omitida da história. Essa omissão não foi gratuita e é exatamente esse o ponto que deve ser considerado na compreensão do processo no qual se deram a destruição e o encobrimento da diversidade étnica na região estudada no período colonial. Quanto mais oculta fosse essa escravidão, menos resistência provocaria nos outros índios, além de sofrer um controle menor pelas autoridades coloniais, que proibiam a sua escravização indiscriminada.

Além disso, os modelos de exploração da mão-de-obra indígena, nos aldeamentos e nos arraiais e terços de índios e de sertanistas, devem ser encarados como formas de escravidão ocultas que podiam, às vezes, ser até mais prejudiciais, pois, na escravidão declarada, o escravo podia se tornar liberto comprando a sua liberdade e, nos modelos acima mencionados, esta possibilidade não existia.

No que diz respeito à política de alianças da Coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Nordeste no período colonial e sua influência no processo de destruição física e cultural destes povos, chegamos à conclusão de que esta

política foi o resultado do equilíbrio instável de forças que atuaram em cada conjuntura específica. Quando os povos indígenas tinham mais força ou eram necessários para fazer frente a um inimigo exterior, predominavam as alianças. À medida que estes iam sendo aldeados e perdendo o seu poder de combate ao sistema implantado, as relações se modificam e, de aliados, os povos indígenas passam a tutelados. Seres inferiores, incapazes, que necessitavam de apoio e de orientação para atingir a cristandade e a civilização, bens máximos a serem alcançados.

A política de descimentos e aldeamentos dos povos indígenas, implementada pela Coroa portuguesa, ao deslocar estes povos dos seus locais de origem, além de provocar um desenraizamento cultural, colocava-os em contato com um meio-ambiente e uma forma de organização social diferentes, o que alterava as suas estratégias de sobrevivência e os levava a fazer adaptações para sobreviver. A outra face desse processo era a liberação das terras anteriormente por eles ocupadas. Esta política levou a uma modificação profunda na cultura dos povos indígenas que vão perdendo a sua identidade étnica e incorporando-se à cultura dominante, só que de uma forma marginal em que a herança indígena, vista como inferior, é motivo de vergonha, devendo ser escondida.

Outro aspecto interessante que surgiu durante a análise dos dados foi que, ao tratar as informações sobre as guerras ocorridas no sertão nordestino numa perspectiva espacial e temporal, foi possível acompanhar o movimento das guerras e os deslocamentos de alguns povos nela envolvidos. Essas guerras, que se intensificam com a expulsão dos holandeses, vão acompanhar a ocupação do sertão pelas fazendas de gado. Os deslocamentos espaciais provocados por essas guerras, como as fugas e migrações delas resultantes, a transferência de aldeias para servirem de barreira de proteção e o envio de tropas de índios para os combates também tiveram uma forte influência, ao provocarem um desenraizamento espacial e cultural que está na gênese do encobrimento da diversidade cultural existente no sertão nordestino no período colonial.

Notas

Ricardo Pinto de Medeiros - Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

- * Este artigo é baseado na tese de doutorado defendida na pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em dezembro de 2000 e intitulada “O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial.”
- 1- cf. MONIOT, Henri. **A história dos “povos sem história”**. pp.99/112 In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (dirs.) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
 - 2- cf. MELATTI, Júlio Cezar. **A antropologia no Brasil: um roteiro**. pp. 123/211. In: *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1990.
 - 3- cf. SEEGER, Anthony e CASTRO, Eduardo Viveiros de. pp. 35/68. In: **O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1986.
 - 4- Para um aprofundamento sobre a questão da emergência étnica e a produção dos antropólogos a respeito dos povos indígenas na região ver ARRUTI, José Maurício Andion. *Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 57-94., 1995 e OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *Revista Mana. Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, abril de 1998.
 - 5- VASCONCELLOS, Pe. Simão de. S. J. **Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil** [1663]. In: RIHGB, Tomo XXXIV, 1871.
 - 6- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. [1816]. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
 - 7- ORBIGNY, Alcide d’. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
 - 8- cf. PINTO, Estevão. **Indígenas do Nordeste**. Tomo I. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935 p. 89/90
 - 9- MAGALHÃES, Couto de. **O Selvagem**. Rio de Janeiro: Reforma, 1876.
 - 10- MAMIANI, Luiz Vincencio. **Arte da Gramática da Língua Brasília da Nação Kariri**. [1699]. Introdução de Batista Caetano de Almeida Nogueira. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown & Evaristo, 1877 - 1977
 - 14- cf. Rodrigues, Aryon Dall’Igna. **Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.
 - 15- cf. RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
 - 16- cf. GALVÃO, Eduardo Enéas Gustavo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- 17- Uma interessante e recente abordagem neste sentido encontra-se no artigo de Greg Urban: **“A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”** pp. 87/102 In: CUNHA, M. C.(org.)op. cit.
- 18- cf. URBAN, Greg. **URBAN, Greg.A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas** -In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(org). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 1992.
- 19- cf. MELATTI, J.C, (1987), op. cit. p. 43/44 e DIEGUES JR, M. , op. cit. 57/58
- 20- GALVÃO, Eduardo Enéas Gustavo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979p. 193/194.
- 21- cf. GALVÃO, op. cit, p. 203/204
- 22- A indicação bibliográfica deste autores será feita em seguida com um breve comentário sobre as suas principais idéias e obras e contexto na qual surgiram.
- 23- JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Paraíba. Rio de Janeiro, tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1892.
- 24- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- 25- GARCIA, Rodolfo. Etnografia. p. 249/277.In: **Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Introdução Geral. 1º v. Rio de Janeiro, 1922.
- 26- PINTO, Estevão. **Índigenas do Nordeste**. Tomo I. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935 (brasíliana, 44) ; Tomo II- São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938 (brasíliana, 112)
- 27- cf. POMPEU SOBRINHO, Tomás. **Tapuias do Nordeste**. In: Fortaleza, RIC, LIII, p. 221-235, 1939.
- 28- cf. PINTO, E. 1938, op. cit., p. 7/10.
- 29- cf. POMPEU SOBRINHO, 1939, op. cit., p. 225/226.
- 30- OTT, Carlos F. **Pré-História da Bahia**. Salvador: UFBA, 1958.
- 31- cf. POMPEU SOBRINHO, Tomás. **Pré-história cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1955.
- 32- cf. STUART FILHO, Carlos. **Os aborígenes do Ceará**.In: Fortaleza, RIC, 76 e 77, p. 4 a 73 e 153 a 217, 1962/1963.
- 33- Cf.LOUKOTKA, Chestmir. **Línguas indígenas do Brasil**. In: São Paulo, Revista do Arquivo Municipal, LIV, p. 147/174., junho de 1939.
- 34- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açú e do Seridó**. Brasília, s. ed., 1984.
- 35- BORGES, José Elias. **Índios Paraibanos** – Classificação Preliminar, p. 21-42, In: OCTÁVIO, José e RODRIGUES, Gonzaga. (orgs.) Paraíba. Conquista, Patrimônio e Povo, 1993.
- 36- **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.